OS DOIS 5 (CINCO) DE JULHO

FERNANDES TÁVORA

Longe de se limitar a um fenômeno de "protesto jovem", de uma quartelada irresponsável do "Tenentismo", o ciclo revolucionário, deflagrado em 5 (cinco) de julho de 1922 (mil novecentos e vinte e dois), representa um marco na história política do Brasil. — Foi o ponto de partida da grande arrancada liberal que, regada com o sangue generoso dos heróis de 22 (vinte e dois) e 24 (vinte e quatro), culminou com a vitória de 30 (trinta), reintegrando o país em suas franquias democráticas.

Processara-se demasiado brusca a passagem da forma monárquica para a republicana, sem que tivesse havido tempo para a elaboração de um programa de ação político-administrativa, com a indispensável transformação de um quadro dirigente à altura. — Assim, a "República Velha", durante um período de mais de 30 (trinta) anos, sem uma visão do bem comum, limitara-se a substituir os vícios da antiga aristocracia pelo oligarquismo e a mais baixa politicagem.

Êsse "abastardamento do regime, essa grosseira contrafacção da Democracia, êsse imenso cortejo de violências, de fraudes, de "estados de sítio" preventivos, de depurações, de esbulhos inomináveis dos eleitos verdadeiros do povo" atingiu seu climax no período de 1922 (mil novecentos e vinte e dois) a 1930 (mil novecentos e trinta), quando os podêres de exceção, continuamente exercidos pelo Executivo, estabeleceram, pràticamente, a ditadura no país.

A "política dos Governadores", implantada por Campos Sales, assegurando a uma oligarquia dominante o contrôle total do poder, montara uma máquina eleitoral tão poderosa que conseguira burlar a ação moralizadora da "Reação Republicana", uma das mais vigorosas campanhas políticas já desenvolvidas no país, comandada por homens do estôfo de Nilo Peçanha e Seabra.

Assim o 5 (cinco) de julho de 1922 (mil novecentos e vinte e dois) teve sua origem na questão presidencial — a nação, fatigada das imposições dos políticos, desejara, desta vez, ver respeitada sua vontade mas, apenas começou Nilo sua campanha, compreendeu que as máquinas eleitorais do Govêrno dariam, de qualquer maneira, vitória às oligarquias dominantes.

Evidenciando-se, assim, que a grandeza eleitoral só poderia ser destruída pela fôrça das armas, um grupo de oficiais do Exército, patriota e idealista, iniciou seus protestos contra o Govêrno Epitácio Pessoa que, apoiando as situações estaduais, usou de represálias, transferindo vários dêsses militares.

A inabilidade do Govêrno fazia surgir, assim, paralela à questão pròpriamente política, a questão militar, cujo agravamento atingiu o auge com a prisão do marechal Hermes da Fonseca, Presidente do Club Militar, e o fechamento do mesmo.

Êsses incidentes tornaram tão tensa a situação que precipitaram o golpe armado, anteriormente planejado para 15 (quinze) de novembro, ocasião da transmissão do Govêrno de Epitácio a Bernardes.

Assim, na madrugada de 5 (cinco) de julho de 1922 (mil novecentos e vinte e dois), ao primeiro tiro de canhão do forte de Copacabana, sublevaram-se, acompanhados pelo cel. Xavier de Brito e uma pequena parte da guarnição da Vila Militar, sob as ordens do ten. Cristiano Buys, pois, os restantes elementos da guarnição, que figuravam no plano do levante, alhearam-se dos companheiros, tolhidos, possìvelmente, pelas providências rompidas das autoridades.

A Escola Militar, depois de sustentar épico duelo de artilharia, cercada por fortes contingentes de cavalaria e infantaria que a isolaram completamente, foi obrigada à rendição, sendo presos os cadetes e oficiais que os acomodavam.

A Companhia que se revoltou no 2.º RI, na Vila, ficou também insulada, sendo fàcilmente vencida pelas demais fôrças.

O Govêrno dominara, assim, a Escola Realengo e a Vila Militar — entretanto, o velho forte de Copacabana resistia, só não efetuando o bombardeio da cidade por um sentimento de humanidade.

Mas, a revolução já fôra sufocada! a defecção de muitos elementos, a derrota da Escola Militar e o fracasso do levante da vila haviam retirado dos oficiais do Forte qualquer apoio, só lhes deixando a alternativa de se render incondicionalmente, como exigia o Govêrno, ou morrer lutando, sob o fogo impiedoso dos batalhões da polícia e Regimentos do Exército comandados pelo cel. Potiguara. — E o pequeno grupo que ainda se encontrava dentro do Forte, já à tardinha, trazendo sôbre o peito um fragmento do pavilhão nacional, desceu à praia para enfrentar, a peito descoberto, as balas legalistas, escrevendo nas areias brancas de Copacabana uma das páginas mais belas de idealismo e coragem — Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Mário Carpenter, Newton Prado, o civil Otávio Correia — lá casaram seu trabalho de sangue ao sonho de "liberdade e justiça".

Pouco depois, cumprindo o pacto revolucionário, sublevava-se a guarnição de Mato Grosso, sob a chefia do gen. Clodoaldo da Fonseca, com enorme probabilidade de êxito, não fôra a infiltração de espiões em seu selo, que a desarticulou.

Encerrava-se, assim, com a epopéia de Copacabana, a primeira fase do ciclo revolucionário.

Abafando, pela fôrça, o grito dos idealistas de 22 (vinte e dois) o Govêrno, sem a necessária sensibilidade política, ao invés de medidas que desarmassem os espíritos, desmandou-se em violências, humilhações e vinganças contra os militares e com implicados no movimento, abarrotando as prisões. — Além de depor ilegalmente as situações estaduais que dêle haviam divergido, fêz a Justiça da União processar os revolucionários por crimes que não haviam praticado, acusando-os de tentar rasgar a Constituição e mudar violentamente a forma de Govêrno quando seu único objetivo fôra a renovação dos costumes políticos e a restauração das práticas democráticas.

Allás, êsse primeiro 5 (cinco) de julho nenhum programa político trazia: desejava apenas depor o presidente Epitácio Pessoa, que ferira profundamente os brios militares e impedir a posse de seu sucessor, Artur Bernardes, eleito por um sistema viciado, que não expressava a vontade do povo.

Estava lançado o fermento de nova revolução.

Em tôrno dos remanescentes revolucionários de 22 (vinte e dois) que, inconformados com o iníquo veredito da Justiça, haviam preferido a humilhação da prisão injusta às incertezas da proscrição e do exílio — aglutinaram-se os elementos para o 5 (cinco) de julho de 1924 (mil e novecentos e vinte e quatro), movimento de bem maior envergadura, que sacudiu o país até 1927 (mil novecentos e vinte e sete), quando a Coluna Prestes, após percorrer todo o interior do país, se internou em território boliviano.

Deveria, desta vez, o movimento se estender por tôdas as guarnições, mas sucessivos adiamentos e imprevistos vários, impossibilitaram o levante geral.

São Paulo deu o sinal da arrancada, levantando-se em massa sob as ordens do gen. Isidoro Dias Lopes.

Pouco depois, acompanharam-no as guarnições da Amazônia: em Belém do Pará, sublevou-se o 26.º (vigésimo sexto) BC., sob o comando do cap. Augusto de Assis Vasconcelos, e, em Manaus, o 27.º (vigésimo sétimo) BC conseguiu o contrôle do Estado, e, com a cobertura da flotilha de guerra, invadiu o Pará, cujo levante fôra abafado pelo Govêrno.

Em Sergipe, Maynard conseguira sublevar a guarnição, sustentando com os legalistas uma luta desigual. Mas os demais Estados do Norte permaneciam inibidos pela tirania bernardista.

No Rio Grande do Sul, só após a partida dos revolucionários, houve o levante de S. Luís das Missões e de lá partiu a grande arrancada de Prestes.

O teatro central das operações foi, porém, S. Paulo.

O gen. Isidoro Lopes, com o apoio do cel. Miguel Costa, comandante da cavalaria da Polícia, organizou épica resistência às fôrças governistas. Ao seu lado combatiam o capitão Joaquim Távora e seu irmão Juarez, o gen. Padilha, Eduardo Gomes, Moreira Lima, João Alberto, Osvaldo Cordeiro de Farias, João Francisco, Sigmaringa Costa, João Cabanas, Paulo de Oliveira, Newton Estilac Leal, entre outros.

A cidade de S. Paulo já fôra tomada pelos revolucionários, quando a morte de Joaquim Távora, baleado em combate numa das ruas, causou profunda depressão nos defensores da mesma, mas esta só foi evacuada por um gesto de cavalheirismo dos revoltosos, a fim de poupar a cidade aberta à destruição inevitável pelos canhões legalistas.

Assim, após 23 (vinte três) dias de lutas nas ruas de S. P. para a sua conquista e defesa (de cinco a vinte e sete de julho), empreenderam os revolucionários longa e heróica retirada pelo sudeste do Estado, descendo o rio Paraná, até o oeste paranaense em marcha que durou quase 2 (dois) meses (agôsto a outubro de 1924 — mil novecentos e vinte e quatro).

A seguir, avançando para leste, escreveram a belíssima página que foi a resistência heróica de Catanduvas (de outubro de mil novecentos e vinte e quatro a março de mil novecentos e vinte e cinco).

Em novembro e dezembro de 24 (vinte e quatro) deu-se o primeiro levante parcial das guarnições do Rio Grande. — De janeiro a abril de 1925 (mil novecentos e vinte e cinco) iniciaram os gaúchos sua marcha através do Rio Grande e oeste do Paraná e Santa Catarina, até se encontrarem com os defensores de Catanduvas.

Teve lugar, de 27 (vinte e sete) de abril a 3 (três) de maio de 1925 (mil novecentos e vinte e cinco) a manobra de emigração simulada para o Paraguai e retôrno ao território brasileiro, via Mato Grosso. — E, em maio de 25 (vinte e cinco), se iniciou a "Grande Marcha" que, rasgando mais de 20 000 (vinte mil) km., dos sertões sudoeste, centro e nordeste do Brasil, só foi terminar 2 (dois) anos mais tarde, em maio de 1927 (mil novecentos e vinte e sete), com a emigração dos últimos revolucionários para a Bolívia e o Paraguai.

Por fim, no comêço de 27 (vinte sete), deu-se o segundo levante das guarnições do Rio Grande.

Estava encerrado o segundo 5 (cinco) de julho e, como da primeira vez, superlotaram-se as prisões, desencadeavam-se as mais tristes represálias, tangendo inúmeros para o caminho do exílio.

Ao contrário do primeiro, o segundo 5 (cinco) de julho não objetivava apenas apear o Govêrno. — Trazia um programa político cujo principal ponto era a reforma da Constituição de 1891 (mil oitocentos e noventa e um), de modo a corrigir falhas fundamentais, responsáveis pelo mau funcionamento das instituições. — Assim, se propunha:

— limitar o arbítrio do Executivo;

— sanear o processo eleitoral, restaurando a autenticidade do Legislativo;
— dar maior autonomia ao Judiciário, subtraindo-o da tutela do Executivo;
— garantir o princípio federativo da autonomia dos Estados;
— assegurar a liberdade de expressão.

O Ceará, não negando suas tradições liberais, acompanhou com entusiasmo as idéias renovadoras aqui pregadas pela Reação Republicana de Nilo e pagou seu tributo de sangue e bravura às revoluções de 22 (vinte e dois) e 24 (vinte e quatro), nas pessoas de seus três filhos, os irmãos Távora: capitães Joaquim, Juarez e Fernando.

Joaquim era considerado, entre os conspiradores, a *alma* da revolução de 24 (vinte e quatro). De um entusiasmo e otimismo contagiantes, com uma coragem espartana enfrentou a morte nas ruas de S. Paulo, quando, gravemente ferido, permaneceu ainda 6 (seis) horas no seu pôsto de comando.

Juarez, como os dois irmãos, tomou parte em ambos 5 (cinco) de julho e, após a retirada de S. Paulo, percorreu todo o interior do país na "Grande Marcha".

Fernando, ao rebentar o movimento de 24 (vinte e quatro) se encontrava no Rio Grande e, ao ser-lhe dada ordem de prisão pelo comandante do 3.º (terceiro) BE. de Cachoeira, sublevou aquela unidade e, à sua frente, desbaratou as tropas de Borges de Medeiros.

Irmãos pelo sangue e, ainda mais, pelo ideal, conheceram todos três agruras do cárcere e os riscos da vida errante de proscritos.

Comungando do entusiasmo renovador de meus irmãos, transformei *A Tribuna*, jornal por mim fundado em Fortaleza em 1921 (mil novecentos e vinte e um), num órgão de propaganda dos princípios revolucionários e de crítica desassombrada dos desmandos governamentais. Dominado o movimento de 24 (vinte e quatro), obrigou-me o Govêrno a fechar meu jornal e procurar, no exílio, a liberdade que meu país já não podia oferecer.

Encarados apenas sob o ponto de vista militar, os dois 5 (cinco) de julho foram movimentos fracassados. Mas, politicamente, a semente estava lançada e vem regada com o sangue de seus mártires. Seu formidável impacto sôbre a consciência nacional até então anestesiada pela prepotência de seus dirigentes sacudiu o país acordando suas melhores reservas de dignidade e civismo.

Sem êles, não teria sido possível o 3 (três) de outubro de 30 (trinta), com tôdas as conquistas liberais que nos assegurou.

Mas os revolucionários esquecidos não morrerão na gratidão da Pátria. O túmulo dos que caem com a liberdade é a porta da ressurreição. Os revolucionários mortos, como os vivos, continuam a falar. E, como diz Claude Rivière: *Il faut entendre le bruit des morts...*